

**2019**

**3ª EDIÇÃO**

revista, atualizada, ampliada  
e de acordo com o novo CPC

**Charley**  
Teixeira Chaves

curso de

**TEORIA GERAL**

do processo



**sinopse**  
de aulas



curso de  
**TEORIA GERAL**  
do processo



2019  
3ª EDIÇÃO

revista, atualizada, ampliada  
e de acordo com o novo CPC

Charley  
Teixeira Chaves

curso de  
**TEORIA GERAL**  
do processo

+ sinopse  
de aulas



Copyright © 2014, D'Plácido Editora  
Copyright © 2014, Charley Teixeira Chaves

**Editor Chefe**  
*Plácido Arraes*

**Editor**  
*Tales Leon de Marco*

**Produtor Editorial**  
*Bárbara Rodrigues*

**Capa, projeto gráfico**  
*Nathalia Torres*

**Diagramação**  
*Bárbara Rodrigues da Silva*  
*Christiane Morais de Oliveira*  
*Enzo Zaqueu Prates*

**Editora D'Plácido**  
Av. Brasil, 1843, Savassi  
Belo Horizonte – MG  
Tel.: 31 3261 2801  
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.  
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,  
por quaisquer meios, sem a autorização prévia  
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica

CHAVES, Charley Teixeira.

Curso de Teoria Geral do Processo -- 3 ed. -- Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

492 p.

1. Direito 2. Direito Processual I. Título II. Direito Processual III. Curso  
IV. Charley Teixeira Chaves.

CDU347

CDD341.4

GRUPO  
D'PLÁCIDO



\*  
Rodapé



“Olhar o novo com os olhos do velho transforma o novo no velho !”

*STRECK, Lenio Luiz. Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito”, 5 ed., p. 281*





# AGRADECIMENTOS



Por lutar em uma terra de gigantes.

Agradeço aos que me escutaram e proporcionaram um diálogo constante que ajudou na produção desta obra.

Este trabalho contou com a revisão de alguns capítulos pelos meus ex-alunos *Bruna Michely Tavares* e *Diego Lara de Oliveira*. Meus agradecimentos.

Aos Professores e Colegas do Programa de Pós-Graduação em Direito Processual da PUC Minas, por todas as lições.

Ao Professor Doutor *Fernando Horta Tavares*, respeito e admiração.

Ao Juiz de Direito do TJMG e Ex-Defensor Público – *Alair Soares Mendonça*, obrigado pela oportunidade única de aprendizado como seu Assessor, toda admiração pelo estímulo ao pensar.

Aos meus alunos e ex-alunos, pela oportunidade de ensinar e aprender.

À minha família, que sempre está pronta para me ajudar.

Aos meus pais, *Levy Teixeira Chaves* e *Joselita Pereira Chaves (Dona Nena In Memoriam)* por tudo. Minha mãe, obrigado por me apoiar e me ensinar encarar a vida com honestidade, sem derrubar ninguém para crescer. Saudades. Sinto sua falta.

À minha filha Ana Carolina V. Teixeira Chaves, muito bom ter você na minha vida.

Aos colegas, professores e amigos, por dividir angústias e lições.

A todos que colaboraram para a elaboração desta obra.







# SUMÁRIO



<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>7</b>
<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>17</b>
<b>NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>PRINCÍPIOS</b> .....	<b>23</b>
<hr/>	
1.1. Contraditório.....	33
1.1.1. Princípio do contraditório ou proibição de decisões-surpresa.....	34
1.1.2. Princípio da cooperação ou participação ou colaboração.....	37
1.2. Ampla defesa ou ampla argumentação.....	39
1.3. Imparcialidade (terceiro imparcial).....	40
1.4. Isonomia ou simétrica paridade de armas.....	43
1.5. Obrigatoriedade das fundamentações das decisões jurisdicionais.....	45
1.5.1. Impossibilidade de fundamentar decisão desfundamentada em sede recursal.....	48
1.5.2. Fundamentação “per relationem”.....	49
1.5.3. Princípio do convencimento motivado do julgador e o princípio da aquisição.....	49

1.6. Princípio do duplo “grau” de “jurisdição”.....	51
1.7. Sistema inquisitório.....	60
1.7.1. “Verdade” real — gestão da prova.....	64
1.8. Sistema misto, inquisitório reformado ou napoleônico.....	71
1.9. Sistema acusatório.....	74
1.9.1. Sistema adversarial.....	77
1.10. O direito intertemporal.....	83
1.11. O Sistema do <i>Common Law</i> .....	84
1.11.1. O sistema do common law e a problemática dos indutivistas.....	88
1.12. Devido Processo Constitucional.....	95
1.12.1. Princípio do devido processo legal.....	96
1.13. Juízo natural.....	98
1.14. Princípio dispositivo ou da Inércia jurisdicional.....	99
1.14.1. Princípio da correlação ou da adstrição ou congruência. Princípio da vinculação da atividade jurisdicional ao pedido.....	99
1.15. Acesso à jurisdição ou acesso ao direito ou da inafastabilidade da jurisdição.....	100
1.15.1. Via administrativa é mera faculdade e não obrigatoriedade.....	101
1.15.2. Assistência jurídica integral e gratuita como garantida do princípio da inafastabilidade.....	103
1.16. Princípio Publicidade.....	105
1.17. Princípio da reserva legal no Estado democrático.....	107
1.18. Princípio da celeridade processual e Duração Razoável do processo.....	108
1.18.1. Indenização dos danos pela duração exagerada do processo.....	110

## CAPÍTULO 2

### **A EVOLUÇÃO TEÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL 113**

2.1. Introdução.....	115
----------------------	-----

2.2. Teoria do processo como contrato (Século XVIII e XIX).....	116
2.3. Teoria do Processo como Quase-Contrato (1850).....	117
2.4. Teoria do Processo como Relação Jurídica (1868).....	117
2.4.1. Teoria de Kohler (retilínea).....	118
2.4.2. Teoria Wach (Triangular).....	119
2.4.3. Teoria de Planck e Hellwig (Angular).....	119
2.4.4. Características da relação jurídica.....	119
2.4.5. Instrumentalidade do Processo.....	121
2.4.5.1. A efetividade do processo a partir do seu caráter instrumental.....	122
2.4.6. Pressupostos processuais.....	126
2.4.6.1. Pressupostos processuais de existência.....	127
2.4.6.2. Pressupostos processuais de validade.....	131
2.4.6.3. Pressupostos negativos.....	144
2.5. Teoria do processo como situação jurídica (1925).....	148
2.6. Teoria Institucionalista do Processo (1948).....	149
2.7. Teoria do Processo como procedimento em contraditório (1978) (Escola Estruturalista).....	152
2.8. Teoria do processo como entidade complexa.....	159
2.9. Teoria Constitucionalista do Processo (1979).....	160
2.10. Teoria Neoinstitucionalista do Processo.....	166
2.11. Conclusões.....	172

### CAPÍTULO 3

## **PROCESSO NO PARADIGMA DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO**

**175**

3.1. Teoria da Instituição e do Instituto .....	177
3.2. Teoria institucionalista na concepção de Maurice Hauriou.....	177
3.3. Teoria Institucionalista do Processo (1948).....	185
3.4. Instituição e Instituto (Bases Neoinstitucionalista).....	190
3.5. Decisão Solipsista do julgador .....	195
3.6. Do Ativismo Judicial (decido conforme minha consciência).....	207

## CAPÍTULO 4

### **VISÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO DE AÇÃO**

**217**

4.1. A Evolução Histórica Do Direito-de-Ação.....	219
4.1.1. Teoria imanentista.....	220
4.1.2. A ação como direito subjetivo, público e autônomo.....	221
4.1.3. Teoria do direito de ação subjetivo, público, autônomo e concreto – a teoria do direito potestativo de Chiovenda.....	223
4.1.4. A ação como direito público, subjetivo, autônomo e abstrato.....	226
4.1.5. Teoria eclética do direito de ação .....	228
4.1.6. Teoria do direito de ação de Elio Fazzalari .....	230
4.2. O problema das condições da ação .....	233
4.3. As condições da ação de acordo com o CPC de 2015.....	236
4.4. Visão constitucional do direito-de-ação.....	239
4.5. Direito-de-ação e ação (procedimento).....	244
4.6. Compreensão constitucional do direito-de-ação é “ação” (procedimento) penal .....	246
4.7. Elementos da ação (procedimento) .....	259
4.7.1. Carência da ação.....	261
4.7.2. A correlação entre acusação e a decisão penal.....	262
4.8. Considerações finais.....	268

## CAPÍTULO 5

### **JURISDIÇÃO**

**271**

5.1. Jurisdição Origem.....	273
5.2. Jurisdição para Giuseppe Chiovenda.....	275
5.3. Jurisdição para Francesco Carnelutti.....	276
5.4. Jurisdição para Liebman.....	278
5.5. Jurisdição para Fazzalari.....	279
5.6. Jurisdição para Rosemiro Pereira Leal.....	279

---

6.1. Considerações iniciais.....	283
6.2. Estado Liberal de Direito.....	283
6.3. Estado Social de Direito.....	286
6.4. Estado Democrático de Direito.....	289
6.5. Ciência e Técnica.....	290
6.5.1. Ciência.....	290
6.5.2. Técnica.....	291
6.6. Ciência do Direito e Técnica Processual.....	292
6.6.1. Considerações iniciais.....	292
6.6.2. Lógica da decisão, axiologia jurídica, dogmática e deontologia.....	293
6.6.3. Crítica à técnica legislativa contemporânea.....	296
6.7. Hermenêutica.....	299
6.7.1. Interpretação da Lei Processual.....	302
6.7.2. Antinomia.....	308
6.7.3. Hermenêutica Constitucional – Espécies de decisões proferidas pelo STF no controle de constitucionalidade.....	309
6.7.3.1. Declaração de nulidade total com redução de texto .....	310
6.7.3.2. O princípio da interpretação conforme a constituição.....	311
6.7.3.3. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução do texto.....	315
6.7.3.4. Inconstitucionalidade por Relação de Interdependência ou Decretação de Inconstitucionalidade “consequencial”, ou por “arrastamento”, ou por “atração” .....	316
6.7.3.5. Eficácia.....	316
6.7.3.6. “Fossilização da Constituição” / Petrificação do direito.....	317

6.7.3.7. Efeitos transcendentais dos motivos determinantes (ativismo judicial).....	319
6.7.3.8. Modulação temporal dos efeitos da decisão.....	323
6.8. Fundamentação das decisões (Ronald Dworkin).....	324
6.9. Jürgen Habermas.....	328
6.9.1. Autonomia privada e autonomia pública no Estado Democrático de Direito.....	330
6.9.2. O risco do dissenso – uma visão habermasiana – “regra da maioria” como mecanismo de formação do consenso.....	332
6.9.3. Teoria discursiva do direito (Princípio do discurso ao princípio da democracia).....	336
6.9.4. Razão prática x razão comunicativa: aspectos gerais da teoria da ação comunicativa.....	337

## CAPÍTULO 7

### **PARTES PROCESSUAIS** **341**

---

## CAPÍTULO 8

### **PETIÇÃO INICIAL CPC - RESUMO** **351**

---

8.1. Da Petição Inicial	353
8.1.2. Definições.....	353
8.1.3. Proposta a ação.....	353
8.1.4. Litispendência para o Autor.....	353
8.1.5. Elementos da Ação (toda petição inicial deve ter).....	354
8.1.5.1. Pedido.....	355
8.1.6. Dos Requisitos da Petição Inicial no CPC.....	356
8.1.6.1. Da competência – destinatário da petição.....	357
8.1.6.1.1. Da Qualificação das partes.....	358
8.1.6.1.1.1. O CPC de 2015 mitiga a qualificação do réu ou dos réus atendendo ao princípio da eficiência.....	360
8.1.6.1.2. Teoria da Substanciação.....	361
8.1.6.2. Pedido.....	362

8.1.6.2.1. Descrição do pedido.....	362
8.1.6.2.2. Requerimentos eventuais:.....	362
8.1.6.2.3. Princípio da congruência ou da adstrição ou correlação entre os pedidos.....	363
8.1.6.2.4. Princípio da vinculação da atividade jurisdicional ao pedido.....	363
8.1.6.2.5. A decisão pode ser considerada, quando isso ocorre, em.....	363
8.1.6.2.6. O pedido tem que ser certo e determinável.....	364
8.1.6.2.7. Pedidos implícitos art. 323 do CPC.....	365
8.1.6.2.8. Pedidos genéricos art. 324, §1º CPC (Casos excepcionais).....	366
8.1.6.2.8.1. Exemplos de pedidos Genéricos:.....	366
8.1.6.2.9. Pedidos classificações.....	367
8.1.6.2.10. Cumulação de pedido imprópria.....	367
8.1.6.2.10.1. Requisitos para cumulação de pedidos.....	368
8.1.6. Do valor da Causa - art. 292 CPC.....	370
8.1.7. Pedido de Audiência de conciliação ou de mediação.....	372
8.1.7.1. Não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação.....	373
8.1.9. Documentos que devem instruir a petição inicial.....	375
8.1.9.1. Exemplos de documentos indispensáveis.....	375
8.1.9.2. Documento, fundamental ou substancial, estiver em poder da parte adversa ou de terceiro.....	376
8.1.10. Das Provas.....	378
8.1.10.1. Distribuição do ônus da prova. ....	378
8.1.10.2. Produção de prova.....	379
8.1.10. Da Emenda da Inicial.....	380
8.1.11.1. Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir.....	381
8.1.11.2. Alteração e aditamento do pedido e da causa de pedir após citação e até o saneamento do processo (Mutatio Libelli).....	381



8.1.11. Do Indeferimento da Petição Inicial.....	383
8.1.12.1. Do Indeferimento da Petição Inicial.....	384
8.1.12.2. Do Recurso do indeferimento.....	384
1.1.12. Da improcedência liminar do pedido.....	384
8.1.13. Prescrição ou a decadência.....	385
8.2. DA TEORIA DA TUTELA PROVISÓRIA CPC	389
8.2.1. Da tutela de urgência antecipada.....	393
8.2.2. Da tutela cautelar.....	398
8.2.3. Da tutela da evidência.....	404
8.3. FATO NOVO QUE JUSTIFICA NOVO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA.	407
8.4. DO CABIMENTO DO AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA TUTELA PROVISÓRIA (art. 1.015, I, CPC).....	408
8.5. O JUÍZO ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE PODE DEFERIR LIMINAR.....	408

## CAPÍTULO 9

### **AS FORMAS ALTERNATIVAS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS (MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM) 411**

9.1. TEORIA GERAL DA ARBITRAGEM.....	420
--------------------------------------	-----

### **REFERÊNCIAS 437**

### **ANEXOS 459**



# PREFÁCIO



Recebi a grande responsabilidade de prefaciá-la obra do Professor Dr. Ms. Charley Teixeira Chaves, intitulada Teoria Geral do Processo. Assim, antes de mais nada, gostaria de ressaltar que o autor mineiro, é sabidamente, um dos mais promissores pensadores do direito processual civil brasileiro democrático, com sólida formação acadêmica adquirida em inúmeras funções que exerceu e exerce junto à órgãos públicos (Ex-Assessor de Juiz do TJMG), universidades (Diretor / Coordenador de Curso e Professor de Graduação e Pós-graduação em Direito) e na própria experiência advocatícia. Isso significa que estamos tratando de um autor que consegue fazer, de maneira ímpar, a junção da teoria e da prática, o que só consigo vislumbrar nos mais brilhantes profissionais, como é o caso do autor da presente obra. Analisando a obra Teoria Geral do Processo, percebo que a mesma é muito mais do que um livro de teoria geral do processo, pois seu foco está em justamente trabalhar as questões processuais sob o enfoque constitucional-democrático. O primeiro capítulo, intitulado Princípios, o autor desenvolve os principais elementos constitutivos sobre o processo constitucional. De fato, é difícil verificar um livro de teoria, que consegue reunir todos os princípios de forma clara e moderna como foi apresentado na presente obra. Já no segundo capítulo, intitulado A Evolução Teórica do Direito Processual, o autor traz as principais teorias do processo, com um brilhantismos e uma pesquisa aprofundada, digno de quem fez uma extensa pesquisa acadêmica e histórica, citando autores renomados e obras raras. No entanto, é importante frisar, que o autor, não fica apenas citando teorias antigas sobre o processo, mas apresenta, de forma clara, a teoria do Professor Dr. Rosemiro Pereira Leal, intitulada Teoria Neoinstitucionalista do Processo. Tal teoria formou uma escola mineira do processo e inúmeros defensores. No terceiro capítulo, o autor apresenta o tema de maior reflexão

dos tempos atuais, no que tange a relação entre processo e democracia, pois faz um estudo das principais teorias que desenvolvem as bases para a formação de uma teoria institucionalista processual, bem como, para a defesa da democracia e do contraditório. Além disso, verificamos que o autor foi além, paralelo ao estudo do processo e de suas teorias, no capítulo quarto defende-se a visão constitucional do direito-de-ação. Isso significa que o mesmo entende que a ação é um direito constitucional de movimentar a jurisdição e de se obter a jurisdição, sem dissociar dos princípios constitucionais processuais. O direito-de-ação se constitui de direito-garantia fundamental, indissociável da democracia e da cidadania. No quinto capítulo, o autor desenvolve as principais teorias da jurisdição, explicando o conceito e as principais concepções desenvolvidas pelos processualistas Chiovenda, Carnelutti, Liebman, Fazzalari e Rosemiro. Ressalte-se, que o viés do autor, na perspectiva democrática, sustentando a jurisdição como resultado da construção do debate das partes. Verificamos que os inéditos capítulos desenvolvidos pelo autor, são tratados de forma simples, didáticas e atendendo aos fins que todos os estudiosos do direito processual devem conhecer, para o desenvolvimento da boa técnica processual. A obra é de muito fácil leitura, com ampla bibliografia, e com viés constitucional-democrático, o que a diferencia de todas as outras obras que existem por aí. Isso significa que a aquisição e o estudo da presente obra são de relevante interesse para todos os estudiosos do direito processual, não somente para os alunos, mas também os profissionais do direito e professores, que tendem conhecer de forma aprofundada e com comprometimento acadêmico os principais institutos do processo, da ação e da jurisdição.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2013.

*Carlos Henrique Soares<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Doutor em Direito Processual (PUCMinas e Universidade Nova de Lisboa), Mestre em Direito Processual (PUCMinas), Coordenador do Curso de Direito Processual Civil do IEC-Barreiro, Professor de Direito Processual Civil da PUCMinas (Barreiro), Professor de Pós-Graduação do IEC, FDSM, UNIFENAS, FUMEC, PITAGORAS, etc, Autor de Livros e Artigos Jurídicos, Conferencista, Sócio-Diretor e Advogado da Pena, Dylan, Soares e Carsalade – Sociedade de Advogados. E-mail: carlos@pdsc.com.br.



# NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO



Este livro nasceu dos estudos da Especialização, do Mestrado, do Doutorado em direito processual. O trabalho teve grande aceitação pelos alunos da graduação e da especialização, por ser embasado na visão constitucional da Teoria do Processo. A obra tentou abordar as principais teorias processuais de forma didática e prática. Foram considerados todos as inovações atinente a matéria.

Nesta nova edição contém todo o programa da Teoria Geral do Processo e ao final um resumo de todo o conteúdo da matéria. A segunda edição contempla atualização dos principais pontos relevantes ligado ao processo, atendendo a demanda dos alunos para concurso e para compreensão teórica da matéria. Realizou-se uma atualização de acordo com o novo Código de Processo Civil, as últimas inovações do Processo Penal, do Processo Constitucional e da nova lei de arbitragem e de mediação.

Todo trabalho deve ser testificar, críticas e sugestões serão sempre bem recebidas.

Belo Horizonte, janeiro de 2016

**Dr. Ms. Charley Teixeira Chaves**

*charleychaves@charleychaves.com.br*

*www.charleychaves.com.br*





# INTRODUÇÃO



O presente livro pretende abordar as evoluções das escolas: da relação jurídica, do processo como procedimento em contraditório, processo constitucional e neoinstitucionalista, a sua importância para o mundo contemporâneo e como dirimidores processuais. Buscar-se-á, através de uma pesquisa explicativa e metodológica, com estudos em largas bibliografias, apontar de forma sintética, as visões do sistema atual e a compreensão adequada da natureza processual com base no modelo Constitucional do Processo com foco no Estado Democrático de Direito.

Objetivou-se também neste livro o exame evolutivo do direito de ação, com ênfase para a questão constitucional e a impropriedade das condições da ação.

O direito de ação (incondicionado) passa a ser visto como direito de movimentar a jurisdição, isto é, de exigir do Estado um pronunciamento jurisdicional, coadunada com as concepções do modelo de Estado Democrático de Direito, adotado pelo nosso ordenamento.

Serão analisados alguns teóricos que foram providenciais na compreensão, delimitação e definição da jurisdição.

Diversos temas serão desenvolvidos no transcorrer deste livro, tornando-o instigante pelas críticas epistemológicas apontadas.

Assim, cuida-se de uma obra que proporcionará ao leitor uma visão da teoria geral do processo com viés constitucional. A leitura é indispensável para o operador do direito.

A obra é de muito fácil leitura, com ampla bibliografia, e com viés constitucional-democrático, o que a diferencia de todas as outras obras que existem por aí. Isso significa que a aquisição e o estudo da presente obra é de relevante interesse para todos os estudiosos do direito processual, não somente para os alunos, mas também os profissionais do direitos e professores, que tendem conhecer de forma aprofundada e com comprometimento acadêmico os principais institutos do processo, da ação e da jurisdição.

## ***Dr. Carlos Henrique Soares***

Princípios • A evolução teórica do Direito Processual  
• Processo no Paradigma do Estado Democrático de  
Direito • Visão Constitucional do Direito de Ação  
• Jurisdição • Partes Processuais • Hermenêutica •  
Mediação, conciliação e arbitragem.

INDICADO PARA: **CURSO DE DIREITO**

RECOMENDADO A: **ALUNOS** **PROFESSORES**  
**PROFISSIONAIS**



ISBN 978-65-xxxxxxx